

ESTUDOS ÉTNICOS E HISTORIOGRAFIA

Regina Weber

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A relação que os estudos étnicos – e, portanto, o desenvolvimento de discussões científicas acerca das noções que lhes dizem respeito – possuem com o contexto social é certamente bem mais visível que a de outras noções científicas. Em sua “semântica histórica” do conceito de identidade, Philip Gleason (1983), enfocando o contexto dos Estados Unidos, mostra que a retomada da etnicidade é um legado da crise cultural dos anos 1960, quando a relação indivíduo-sociedade estava sendo reexaminada em escala de massas. O descrédito com o americanismo tradicional, no contexto da crise racial e da Guerra do Vietnam, favorece uma afirmação da identidade com base na etnicidade. Ainda no fim dos anos 1940 supunha-se que a assimilação havia corroído as culturas imigrantes e as fontes remanescentes de etnocentrismo eram vistas como disfunção. A revolução negra dos anos 1960 e a emergência posterior da nova etnicidade mudaram tudo. Estes movimentos afirmaram a durabilidade da consciência étnica, deram-lhe legitimidade e dignidade e reafirmaram a conexão entre etnicidade e identidade.

Já Banton, em obra de 1977, havia focado o caso americano, isto é, a afirmação do “poder negro” na década 1960, para embasar a expressão “etnogênese”. Sua crítica às teorias de assimilação é fundamentada em Max Weber: não foram estudadas as bases da identificação dos negros (ação comunitária). A referência ao texto de Weber (1922), “Relações comunitárias étnicas”, têm se tornado indispensável nos atuais estudos de etnicidade. Este pequeno capítulo de *Economia e Sociedade* está na coletânea *Theories of Ethnicity: a Classical Reader*, editada por Werner Sollors (1996). Já em Weber estavam presentes formulações que hoje são bastante atuais: “chamaremos grupos ‘étnicos’ aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva” (Weber, p. 270).

Relativamente antigo para já ter sido relido e criticado, mas também para estar incorporado obrigatoriamente ao que se está chamando de “modernos estudos de etnicidade”, o texto do antropólogo Fredrik Barth, “Ethnic Groups and Boundaries”, tornou-se acessível em português pela tradução do livro *Teorias da Etnicidade* (Poutignat, Streiff-Fenart), no qual veio anexado. O texto é a Introdução de seu livro publicado em 1969. Em Barth está a crítica à identificação das diferenças entre os grupos por um inventário de traços e a crítica aos estudos de aculturação.¹ O que ele, então, afirma é a identidade étnica como uma atribuição categórica; a contínua dicotomização entre membros e não-membros, independente dos traços que demarcam a diferença; e, assim, as “fronteiras sociais” através das quais os grupos manifestam suas identidades. Desenvolvendo o argumento de que as fronteiras étnicas são mantidas em situações de interação social, o autor permite uma base para os estudos das relações interétnicas, isto é, para os estudos de grupos étnicos em contatos com outros grupos ou com a sociedade envolvente.

Pode-se perceber o efeito destas teorizações (de Barth e outros) sobre os estudos de migrações. No Brasil, a principal referência é a antropóloga Giralda Seyferth, cujas pesquisas remontam à década de 1970. Sua tese de doutorado, sobre teuto-brasileiros do Vale do Itajaí (SC), foi publicada em 1981. São de autoria Seyferth os verbetes

“etnia”, “etnicidade” e “grupo étnico” do *Dicionário de Ciências Sociais* (Silva, 1986). Em trabalho de campo na década passada, em Boston, a socióloga Teresa Sales poderá observar a construção de uma “etnia brasileira”, que passará a compor “o mosaico étnico da sociedade americana” (Sales, p. 21).

A apropriação destas discussões pelos historiadores, mesmo no debate internacional, parece demandar um certo lapso de tempo. Por exemplo, ao estudar judeus do Sahara refugiados na Alsácia, enfocando o papel da memória na conformação da identidade, em texto publicado em 1980, Freddy Raphaël vai lançar mão da antropologia de Lévi-Strauss, Marcel Mauss, Roger Bastide, das noções de memória coletiva de Halbwachs, da teoria psicanalítica e da descrição de cultura operária (ou do “pobre”, na versão francesa) de Richard Hoggart para descrever fenômenos que hoje seriam analisados com o equipamento conceitual desenvolvido pelas teorias de etnicidade. Na análise da genealogia de uma família imigrante de origem germânica em Curitiba, publicada em 1997, a autora, mesmo manuseando noções como “endogamia étnica”, “comunidade étnica” e “vínculos étnicos”, não ancora suas interpretações em qualquer bibliografia sobre o assunto, como o faz, por exemplo, com as noções de família e individualismo (Machado, 1997). Em outros estudos nacionais, principalmente naqueles cujo *locus* da pesquisa são áreas oriundas da colonização por imigrantes europeus, a discussão da questão étnica se dá através dos trabalhos de Seyferth, como pode ser visto em alguns artigos da coletânea *Os alemães no sul do Brasil- cultura, etnicidade, história* (Mauch), de 1994. No volume especial sobre “Imigração”, da revista *Acervo*, pode-se destacar a pesquisa de Paula Ribeiro (1997), “Multiplicidade Étnica no Rio de Janeiro: um estudo sobre o ‘Saara’”, que, ao lidar com sírios, libaneses e judeus, não deixou de operar com a categoria “grupo étnico”.

No campo historiográfico, os estudos de imigração podem ou não suscitar enfoques sobre etnicidade. Os estudos globais, que analisam as migrações de continente a continente, principalmente quando manuseiam dados econômicos e demográficos, permanecem exteriores aos grupos analisados, operando com dados institucionalizados, que identificam menos grupos étnicos que conjuntos de nacionalidades, como nesta passagem, que se refere ao Brasil: “Assim, os portugueses, os italianos e os espanhóis que constituíam o grupo predominante de migrantes se ajustaram a essa proporção sexualmente mais equilibrada, e mais ainda os agricultores japoneses que, depois de 1908, começaram a chegar às lavouras de café” (Klein, 2000, p. 25). Sabe-se que a definição de macro categorias classificatórias como “alemão” ou “italiano” era um processo que se dava no país de emigração, não deixando de constituir-se em um processo de “etnogênese” (R. Weber, 2002). Por sua vez, os estudos que tratam dos contingentes já emigrados, discutindo a problemática de sua incorporação aos projetos de uma “identidade nacional”, não se distanciam da visão do “imigrante” descendente desta ou daquela nacionalidade, contribuindo ou pondo resistências a um projeto nacionalista. No Brasil, o período do Estado Novo suscita muitos estudos desse gênero.² São períodos não ditatoriais, como as décadas mais recentes da história brasileira, que permitem uma manifestação étnica mais diversificada; como diz Banton (p. 162) “a promessa de paz pode igualmente promover a consciência étnica ao nível inferior, dado que capacita os grupos dentro do Estado para expressar os seus sentimentos de diferenciação sem desafiar a unidade mais vasta”.

Problemáticas mais contemporâneas demandam, justamente, uma análise da relação entre grupo étnico e nação. Para Balibar e Wallerstein (1990), raça, nação e grupo étnico são características estruturais fundamentais da economia-mundo capitalista. O conceito de “raça” está ligado à divisão axial do trabalho na economia-mundo, isto é, a oposição entre centro e periferia: no início do desenvolvimento da economia-mundo havia maior homogeneidade entre os tipos genéticos que habitavam determinados lugares; o desenvolvimento de categorias “raciais” foi se cristalizando à medida que o processo de produção diferenciava-se agudamente em termos geográficos. O conceito de “nação” está ligado ao desenvolvimento dos Estados soberanos em um sistema interestatal. O estado precede a nação, isto é, o aparecimento de um sentimento “nacional” reduz as ameaças de desintegração interna e agressão externa. Tanto os governantes quanto alguns grupos dentro do estado têm interesse ou vantagem em promover o nacionalismo. O conceito de “grupo

étnico” está ligado à criação de estruturas domésticas que permitem que uma proporção importante da força de trabalho permaneça não-assalariada no curso da acumulação capitalista. Há uma correlação entre etnicidade e emprego, isto é, trabalhadores melhor ou pior pagos provêm de comunidades diferentes. A etnicização das categorias profissionais garante uma força de trabalho socializada diferenciadamente por seu próprio grupo social sem que o Estado tenha que violar o conceito de igualdade “nacional”.

Por caminhos diferentes dos autores anteriormente comentados, Balibar e Wallerstein (p. 114) também apontam para a mobilidade dos grupos étnicos, que estão em constante nascimento, reestruturação e desaparecimento pois o processo econômico tem constantemente necessidade de se reestruturar.

Para aqueles que estudam movimentos populacionais no período da globalização, particularmente os dos habitantes das ex-colônias para os países que outrora foram as metrópoles, tais análises, presentes em vários textos de Wallerstein, são fundamentais. É o caso disto que está sendo proposto como estudo de “identidades culturais”, um conjunto no qual a identidade nacional divide espaço com outras como a identidade étnica: “As identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos legais e de cidadania, mas as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importantes” (Hall, p. 78). O referencial, já bem conhecido neste campo, é Stuart Hall (1997). A idéia de “identidades culturais” está sendo absorvida por historiadores brasileiros, como pode ser visto pela própria organização deste “simpósio temático”.³

Nesta breve exposição de alguns referenciais nas discussões relativas a grupos étnicos ou etnicidade há que destacar uma obra importante no campo historiográfico que, mesmo que não trate diretamente do tema, sem dúvida lhe é correlata e tem sido reconhecida como tal por muitos antropólogos. Trata-se de *A Invenção das Tradições*, de E. Hobsbawm e T. Ranger: “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (Hobsbawm, Ranger, p. 9). O conceito se aplica a uma gama muito variada de categorias, mas entre estas estão “aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais” (Id., p. 17). Não há dúvida que estas noções estão muito próximas daquelas presentes nas discussões de questões étnicas.

Se Hobsbawm já havia situado a nação como uma das tradições “inventadas”, ao analisar a onda de separatismos nacionalistas na Europa dos dias atuais, ele afirma ser importante rejeitar a tese “primordialista” da etnia⁴, pois a politização da etnia nas modernas sociedades multiétnicas pode fazer com certas identidades “étnicas” adquiram importância da noite para o dia (Hobsbawm, 2000). Mas o historiador também reconhece – sugerindo ao leitor uma associação com a realidade que teria suscitado os “estudos culturais” – que tem ocorrido não apenas uma instrumentalização da etnia, mas um recuo da identidade social para a identidade grupal, fruto da desorientação social e da busca de referenciais de pertencimento a uma comunidade.

Concluindo, pode-se dizer que em diversos processos sociais e sob vários aspectos, a etnicidade está na ordem do dia. Já é sem tempo que os historiadores tomem seu espaço nesse debate.

Bibliografia

BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, São Paulo: Martins fontes, 1979 [1977].

- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras [1969]. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998 [1995]. p. 187-227.
- GLEASON, Philip. Identifying Identity: A Semantic History (1983). In: SOLLORS, Werner (ed.). *Theories of ethnicity: a classical reader*. New York: New York University Press, 1996. p. 460-487.
- HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-282.
- HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 13-31.
- MACHADO, Cacilda da Silva. A família e o impacto da imigração (Curitiba, 1854-1991). *Revista Brasileira de História*. 1997, v. 17, n. 34, p. 75-100.
- MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira. *Os alemães no sul do Brasil- cultura, etnicidade, história*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994.
- MÜLLER, Telmo L. (org.) *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo, Ed. UNISINOS, 1994.
- POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998 [1995].
- RAPHAËL, Freddy. Le travail de la memoire et les limites de l'histoire orale. *Annales ESC*, 1980. v. 35, n.1, p. 127-145.
- RIBEIRO, Paula. Multiplicidade étnica no Rio de Janeiro: um estudo sobre o “Saara”. *Acervo*. Rio de Janeiro. v. 10. n. 2. p. 199-212. jul/dez. 1997.
- SALES, Teresa. Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston, EUA. In: REIS, Rossana Rocha, SALES, Teresa. *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 17-44.
- SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- SILVA, Benedito (org.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1986.
- SOLLORS, Werner (ed.). *Theories of ethnicity: a classical reader*. New York: New York University Press, 1996.
- STOREY, John. *An introductory guide to cultural theory and popular culture*. Athens (Geórgia): University of Georgia Press, 1993.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3 ed. Brasília: Editora da UnB, 1994. vol. 1. (P. II, cap. IV, “Relações comunitárias étnicas”, p. 269-277.)
- WEBER, Regina. A construção da “origem”: os “alemães” e a classificação trinária. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti, FÉLIX, Loiva Otero. *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo/RS: Editora da UPF, 2002. p. 207-215.
- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasília: INL, 1980 [1946].

¹ Um exemplo de pesquisa com grupo étnico no Brasil sob influência dos estudos de aculturação é a de Willems (1946).

² Um exemplo disso pode ser visto em Müller (1994).

³ Os estudos de Hall se enquadram naquilo que está sendo conhecido como “estudos culturais” ou mesmo “culturalismo”, cuja instituição referencial é o Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) da Universidade de Birmingham. Além de Stuart Hall, os intelectuais que são referência nesse campo são Richard Hoggart, Raymond Williams, E. P. Thompson e Paddy Whannel (Storey, 1993).

⁴ Etnicidade como algo dado, como elemento básico da identidade pessoal (Gleason, p. 469).